

CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NOS DISCURSOS SOBRE ELEIÇÕES EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS NO SÉCULO XVIII

Maria Alice Lopes¹, Marco Antonio Villarta-Neder²

1 – R. Francisca de Freitas Martins, 171 – Casa 428 – Pq. Califórnia – 12311-240 – Jacareí – SP – maria_alicelps@yahoo.com.br

2 – Faculdade de Educação – Universidade do Vale do Paraíba
Rua Tertuliano Delphin Jr., 181 – Jd. Aquarius – 12246-080 – São José dos Campos – SP – marcovn@univap.br

Resumo- Através de leituras de documentos do acervo decorrente de transcrições de Atas da Câmara Municipal de São José dos Campos, constitui-se como objeto de investigação um dado momento histórico: a eleição e nomeação de juízes e oficiais da Câmara em julho de 1767, época da elevação de Aldeia para Villa de São José da Parahyba. O documento que relata este acontecimento possui elementos que propiciam a reflexão sobre a construção de identidades na luta pelo espaço geográfico e cultural, através das relações de poder existentes entre os habitantes da Villa naquela época, retratadas pelos fatos mencionados nas Atas.

Palavras-chave: discurso, identidade, ideologia, eleições, espaço

Área do conhecimento: VIII Lingüística, Letras e Artes

Introdução

O estudo do conceito de identidade justifica-se no atual momento das ciências humanas e da linguagem face ao questionamento de até que ponto as ferramentas conceituais disponíveis para se discutir conceitos como identidade e cultura, ao trazerem visões etnocêntricas, não inviabilizam a percepção e a análise de certas particularidades no processo de constituição etnográfico e lingüístico.

O objetivo deste trabalho é aprofundar a concepção de identidade, opondo-se à idéia de que ela seja uma característica pronta, pré-definida do indivíduo, mas o resultado de sua interação com o meio social em que vive.

A vida e a realidade são história, gerando passado e futuro. Desse modo, a forma de os homens conceberem o mundo depende muito do modo de vida da sociedade (RODRIGUES, 1969:27) [1].

A história, do ponto de vista da Análise do Discurso de linha francesa, “está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a de cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política). Assim, a relação da Análise do Discurso com o texto não é de extrair o sentido, mas de apreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos” (ORLANDI, 1990:35) [2].

Materiais e Métodos

O tema desenvolvido passa pela Análise do Discurso, em torno da construção da identidade joseense, no século XVIII, através de análises de atas da Câmara Municipal.

O discurso aqui mencionado refere-se à produção de sentidos que vieram a incidir sobre o colonizado e não sobre o uso da linguagem somente como troca de informações.

Foram tomados como materiais para esta pesquisa, fragmentos de Ata redigida pelo escrivão da Ouvidoria Geral, Felix Eloy do Valle, datada de 27 de julho de 1767, onde são relatados os procedimentos para a eleição dos juízes e vereadores da Câmara, dentre os quais, a escolha dos eleitores que fossem capazes de escolher pessoas para os cargos de confiança.

Discussão

Há o intuito de se compreender os efeitos de sentido produzidos pelo branco colonizador através da manifestação de seus discursos no momento em que suas concepções se encontram com as dos habitantes da Villa de São José da Parahyba (índios, negros, mestiços, estrangeiros). Discursos que ocasionaram a delimitação dos espaços tanto geográficos quanto culturais:

“Fazendo votar aos ditos índios em pessoas que achassem mais idoneas para eleytores...” [3].

Constitui-se através desta solicitação, o lugar do comando – a Coroa, os dirigentes da Villa – e o lugar daquele que o reconhece como poderoso politicamente – o índio.

A linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia (Brandão, 2004, p.11)[4]. No fragmento mencionado, quem seriam essas pessoas idôneas? Seriam tidas como idôneas através do olhar do branco colonizador ou do indígena? As pessoas que foram escolhidas para elegerem os juizes e vereadores possuíam nomes portugueses, provavelmente pertencendo ao grupo mais influente da sociedade. Surge, neste acontecimento, o indígena submisso ao colonizador, refletindo as relações de poder entre eles no espaço do colonialismo.

Posteriormente, os eleitores escolhidos decidiram, por voto, quais as pessoas que ocupariam os denominados cargos para a Câmara. Este fato está condicionado à ideologia, à imagem que o homem branco possuía em relação à sua posição social e ao dever de obediência à Coroa Portuguesa, agindo em nome dela e em nome de Deus.

No espaço onde o branco se situa, decorrente da imagem que tem de si mesmo, tomador de decisões em nome da Coroa, constitui-se a Formação Discursiva do colonizador.

São as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica, determinam “o que pode e deve ser dito” a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada (Brandão, 2004, p. 48) [4].

Na seleção desses cargos, encontramos a manifestação do discurso de autoridade, onde se direciona a escolha de pessoas zelosas para exercerem tais funções na Câmara:

“...aos quaes eleytores por se acharem ally presentes deferio o D^o. Corregedor o juramento dos Santos Evangelhos, de que eu escrivam dou fé, encarregando lhes, que sem dollo nem malicia propuzessem as pessoas de mayor intelligencia, e capacidade, e zelozos de bem comum para servirem na Republica desta nova villa os cargos de Juizes Ordinários, Vereadores, e Procuradores estes três annos...” [3].

O colonizador projeta em seu “pedido” para que se escolham pessoas idôneas para eleitores e

posteriormente de maior inteligência e capacidade para juizes e vereadores, o discurso do Rei, da Coroa de Portugal: Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social (...) Situa seu discurso em relação aos discursos do outro. Outro que envolve não só o seu destinatário para quem planeja, ajusta sua fala, mas que também envolve outros discursos historicamente já constituídos que emergem na sua fala (Brandão, 2004, p.59) [4].

Através de seu discurso, o branco colonizador demonstra a imagem que tinha dos índios da Villa, confirmando a visão de que eles não atingiam o modelo de pessoas com qualidades para exercerem os cargos de confiança (inteligentes, capacitadas, zelosas pelo bem comum). Há neste caso, o silenciamento da imagem que o índio fazia de si mesmo, que é sobreposta pela imagem que o branco colonizador fazia do indígena:

“...por cauza da pouca vigilância e cuidado dos denominados padres jezuitas que administrarão os indios (...)tendo os reduzido a huma lamentável mizeria sem lhes darem, nem ensinar a civilidade devida, mas antes izentando oz [sic] da comunicação da gente, para os conservarem em huma pura brutalidade, afim de só a elles obedecerem...(...) [3].

A formação discursiva do índio, através do silenciamento na escolha de eleitores, votando, em supostos cidadãos portugueses, é absorvida pela formação discursiva do branco colonizador que apresenta o índio como incapaz. Através dessas manifestações, surge a construção da identidade: no intervalo demarcado entre o limite de liberdade de ação e participação do índio naquele momento histórico e a imagem que o colonizador mantinha a seu respeito:(...) Ambas formas de discurso produzem, mais do que refletem, seus objetos de referência (BHABHA, 2003, p. 46) [5].

Conclusão

Fica presente a determinação do espaço a ser ocupado pelo indígena enquanto votante: designado apenas para confirmar através de seu voto, o que já estava praticamente implícito ao ser solicitado para também exercer um poder de decisão. Apesar de estar atuando num dado momento importante da história, sua identidade de governado é confirmada ao escolher pessoas que estão supostamente indicadas no discurso dos que dirigiam a Villa.

Referências

[1] RODRIGUES, J.H. *Teoria da História*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

[2] ORLANDI, E.P. *Terra à vista*. Campinas: UNICAMP, 1990.

[3] ACERVO BIBLIOTECA NACIONAL (RJ). Catalogação Biblioteca Nacional: 23, 1, 5 nº110 A. Transcrição Projeto Pró-Memória. Disponível em:<<http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria>>.

[4] BRANDÃO, H.N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: UNICAMP, 2004.

[5] BHABHA, H.K. *O local da cultura*. Tradução de Myrian Ávila, Eliana L.de Lima Reis, Gláucia R.Gonçalves. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.